



Priscila Floriano da Silva
Mariana Cristina Teles da Silva

IX Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia no ensino básico
GT 01: Imaginando sociologias antirracistas: branquitude e relações étnico-raciais no
ensino básico.

Violência sutil: A manifestação do racismo recreativo no ambiente escolar

São Paulo, SP
2025



VIOLÊNCIA SUTIL: A MANIFESTAÇÃO DO RACISMO RECREATIVO NO AMBIENTE ESCOLAR

Priscila Floriano da Silva ¹

Mariana Cristina Teles da Silva ²

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo analisar as manifestações do racismo recreativo no ambiente escolar, compreendendo-o como expressão de uma violência simbólica que opera na manutenção de hierarquias raciais. Sob orientação da Profª Draª Maria Valéria Barbosa, pretende-se, sobretudo, fomentar uma postura crítica nos e nas estudantes frente a essas práticas, que, sob a aparência de informalidade ou brincadeira, produzem efeitos nocivos na constituição das subjetividades juvenis entre estudantes negros e indígenas. Este projeto tem como propósito desnaturalizar a violência do racismo, deslegitimar o riso diante de 'piadas' de cunho racista e provocar o desconforto necessário à reflexão crítica. Analisar o racismo recreativo sob uma ótica teórica, enquanto manifestação sutil e velada do racismo estrutural, permite problematizar essas práticas, a fim de desnaturalizar e promover reflexões que impactam diretamente as instituições de ensino. Essa perspectiva possibilita a implementação de mudanças efetivas, voltadas à formação crítica dos estudantes e à construção de uma escola mais inclusiva, desafiando as estruturas de opressão. Por meio do olhar sociológico, é possível analisar e compreender o cerne do problema para além da aparência que se manifesta como sintomas, valendo-se de métodos e conceitos teóricos.

Palavras-chave: Racismo recreativo; escola; juventudes negras; violência simbólica; identidade; educação antirracista.

¹ Mestranda do Curso de Sociologia em Rede (ProfSocio) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp/Marília - SP, identidade étnico racial: negra, gênero: feminino, residência: Marília/SP, priscila.floriano@unesp.br;

² Mestranda do Curso de Sociologia em Rede (ProfSocio) da universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp/Marília – SP, identidade étnico racial: negra, gênero: feminino, residência: Marília/SP, mariana.teles@unesp.br

INTRODUÇÃO:

No Brasil, o racismo adquire formas sutis e persistentes, que operam para mascarar sua violência sob discursos aparentemente inofensivos. Uma dessas formas é o racismo recreativo, que, ao se disfarçar de brincadeira ou humor, reforça hierarquias raciais profundamente enraizadas na história do país. A escola, enquanto espaço de socialização e reprodução social, torna-se um campo fértil para essas práticas.

Com isso, fruto de uma construção coletiva, fundamentada nas experiências pessoais e profissionais de ambas as autoras, tanto enquanto estudantes no percurso da educação básica quanto no exercício da docência na contemporaneidade, a inquietação que move esta investigação surge da vivência direta com manifestações recorrentes do racismo recreativo no ambiente escolar, que persiste na educação brasileira.

Partindo dessa inquietação comum, desenvolvemos conjuntamente a elaboração do presente artigo, por meio de leituras, análises teóricas e reflexões críticas sobre o tema, em busca de vias para a implementação de novas práticas em sala de aula, aporte acadêmico e contribuição para os estudos do tema. Contudo, cabe destacar que este tema seguirá sendo aprofundado como objeto de pesquisa acadêmica da autora Priscila Floriano da Silva, no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), campus da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Marília/SP, onde a investigação se desenvolverá de forma aplicada, no contexto escolar através.

Ao investigar o racismo nas escolas, é evidente que ele não se limita às agressões explícitas, mas se perpetua de forma velada nas interações cotidianas. Essa realidade revela que o preconceito racial se infiltra sutilmente nas práticas pedagógicas, nas relações entre estudantes e professores e na própria organização do ambiente escolar.

Nesse contexto, destaca-se o racismo recreativo, que, ao utilizar estereótipos raciais sob o pretexto de humor inofensivo, reforça a inferiorização da juventude negra nas instituições de ensino. Longe de ser inofensivo, esse tipo de prática configura uma ferramenta eficiente na reprodução e manutenção da desigualdade racial no ambiente escolar.

Além disso, compreender como o racismo recreativo se reproduz no cotidiano escolar exige um olhar atento às formas como a escola, enquanto instituição social, tanto reflete quanto contribui para a perpetuação das desigualdades estruturais. Assim, esta investigação se inscreve no campo das pesquisas comprometidas não apenas em diagnosticar problemas, mas também

em construir possibilidades de enfrentamento pedagógico, dialogando com os princípios da educação antirracista, da decolonialidade e dos direitos humanos.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA:

A problemática do racismo recreativo nas escolas públicas brasileiras deve ser compreendida em articulação com o contexto histórico e estrutural das desigualdades raciais que marcam a educação nacional. Apesar de a legislação brasileira prever, por meio da Lei 10.639/2003, a importância do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, sua implementação efetiva ainda encontra obstáculos institucionais, culturais e formativos. Segundo o Censo Escolar de 2023, mais de 80% dos estudantes da rede pública se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas, o que evidencia a centralidade demandada referente a questão racial no cotidiano das escolas públicas e a urgência de práticas pedagógicas antirracistas.

No município de Marília/SP, onde se insere a presente pesquisa, o contexto escolar reflete as tensões raciais presentes na sociedade brasileira como um todo. A Escola Estadual José Alfredo de Almeida, localizada no m, município de Marília/SP, local da intervenção proposta, atende majoritariamente estudantes oriundos de famílias de baixa renda e de territórios marcados por desigualdades socioespaciais. A experiência cotidiana revela situações recorrentes de violências simbólicas mascaradas como brincadeiras, apelidos ou piadas, especialmente dirigidas a estudantes negros, o que demonstra como o racismo recreativo se naturaliza como elemento da sociabilidade juvenil.

A ausência de discussões sistemáticas sobre as relações raciais nos projetos político-pedagógicos, somada à formação precária dos docentes nesse campo, colabora para o silêncio institucional diante dessas práticas. Isso faz com que estudantes vítimas dessas violências nem sempre reconheçam o ocorrido como racismo, e, quando o fazem, não encontram suporte institucional adequado. Ao ignorar a dimensão racial das interações escolares, reforça-se o que Nilma Lino Gomes denomina de inércia racial: um estado de normalização das desigualdades que compromete o direito à educação com dignidade, identidade e pertencimento.

Para sair dessa inércia em relação à questão racial na escola, é preciso assumir o compromisso pedagógico e social de superar o racismo, entendendo-o à luz da história e da realidade social e racial do nosso país. (GOMES, 2022, pag.41)

Nesta perspectiva, torna-se imperativo que nós, educadoras e educadores, rompamos com a lógica da inércia racial que ainda estrutura os espaços escolares, sustentando, consciente ou inconscientemente, o pacto narcísico da branquitude e os dispositivos de desumanização dos corpos negros. Assumir uma postura eticamente comprometida com uma educação antirracista exige deslocar-se de uma pedagogia da omissão para uma pedagogia do enfrentamento, reforçando que o combate ao racismo e a valorização das identidades negras não são apenas compromissos ético-políticos, mas também obrigações legais, orientadoras da ação pedagógica e da gestão escolar.

Diante disso, é inadiável que o ambiente escolar se constitua como território de resistência, afirmação e construção de práticas educativas que desestabilizem a lógica colonial e promovam, efetivamente, a formação de sujeitos antirracistas. Norteamos a pesquisa a partir da seguinte inquietação: como o racismo recreativo atua na constituição das subjetividades juvenis negras no ambiente escolar, e de que modo práticas pedagógicas podem contribuir para sua desnaturalização?

É fundamental reconhecer que a escola, enquanto espaço formativo, não opera de maneira isolada, mas está imersa nas dinâmicas históricas que estruturam a sociedade brasileira. As práticas de racismo recreativo, portanto, não emergem de condutas individuais isoladas, mas de um tecido social permeado pela herança colonial, pela escravização e pelo mito da democracia racial, que seguem impactando de forma decisiva os processos educativos. Essa realidade reforça a urgência de uma atuação pedagógica que vá além da simples transmissão de conteúdos, comprometendo-se com a transformação das relações sociais no ambiente escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando que as interações cotidianas desempenham um papel fundamental na construção das identidades juvenis, torna-se possível compreender a gravidade dos impactos de práticas racistas no ambiente escolar. A sociabilidade é um elemento central da condição juvenil, permitindo aos jovens construir suas identidades a partir das experiências compartilhadas no convívio diário. Sendo assim, a escola, enquanto instituição social, ocupa um papel significativo nesse processo, funcionando como um espaço privilegiado para a formação identitária, o desenvolvimento das relações interpessoais e a construção do pertencimento coletivo das juventudes.

Uma outra dimensão da condição juvenil é a sociabilidade. Uma série de estudos sinaliza a centralidade dessa dimensão que se desenvolve nos grupos de pares, preferencialmente nos espaços e tempos do lazer e da diversão, mas também presente nos espaços institucionais como a escola ou mesmo o trabalho. (DAYRELL, 2007, p. 1111)

Assim, entende-se que o ambiente escolar, ainda que institucional, é também um espaço fundamental para a vivência das relações de sociabilidade.

Contudo, a escola não é imune às desigualdades estruturais que atravessam a sociedade e em suas contradições, se torna um lugar de atravessamentos violentos. Um exemplo disso é o racismo recreativo, conceito desenvolvido por Adilson Moreira, que se refere a práticas sutis de discriminação racial apresentadas sob a justificativa de humor, mas que, na realidade, reforçam a desumanização de grupos historicamente marginalizados (Moreira, 2019). No espaço escolar, essas práticas manifestam-se por meio de piadas, apelidos ou atitudes que reforçam estereótipos raciais, normalizadas sob o pretexto de brincadeira.

É comum que, diante de situações de violência racial, os envolvidos recorram a justificativas como "é só uma brincadeira, professora" ou "ele/ela não liga, somos amigos".

Dessa forma, enquanto naturalizam as desigualdades, essas práticas se inserem no íntimo das relações sociais dentro do convívio escolar, prejudicando a autoestima de estudantes negros e dificultando seu pleno envolvimento nos processos de sociabilização.

Naturalizar a desigualdade racial, por meio do racismo recreativo, é um mecanismo que contribui para a reprodução das estruturas de poder e dominação, pois impede que essas estruturas sejam reconhecidas e questionadas, além de silenciar o estudante negro que está sendo vitimado, visto que a naturalização ocorre em todas as esferas escolares.

A naturalização das desigualdades sociais no âmbito escolar ocorre justamente quando essa problemática passa a ser percebida como manifestações comuns e inevitáveis. Bourdieu e Passeron (1998) evidenciam que a ação pedagógica, ao dissimular os fatores históricos e sociais que produzem as desigualdades, contribui para legitimar essas mesmas desigualdades como naturais. Trata-se de uma forma eficaz de controle social, pois, ao apresentar a ordem social como algo dado, dificulta-se a possibilidade de crítica e transformação.

Desse modo, a escola desempenha um papel central na formação dos padrões culturais e das atitudes dos indivíduos, especialmente na forma como enfrenta, ou ignora manifestações de racismo e outras expressões de discriminação racial. A teoria da violência simbólica de

Bourdieu e Passeron, ao evidenciar como a escola legitima desigualdades como se fossem naturais, é ainda mais contundente quando se considera que essa violência, no Brasil, assume cor. A racialização da violência simbólica naturaliza o sofrimento de estudantes negros.

Desta forma, é fundamental compreender a educação antirracista não como um complemento ou ação pontual, mas como princípio estruturante do projeto pedagógico das instituições escolares. Isso implica reconhecer o racismo não apenas como uma ocorrência isolada nas relações interpessoais, mas como um elemento constitutivo das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que organizam a sociedade brasileira. A recusa em nomeá-lo e enfrentá-lo colabora para sua naturalização e reprodução cotidiana, tornando o ambiente escolar cúmplice das hierarquias raciais historicamente consolidadas.

A recusa ao racismo é um dos elementos que contribui para a sua naturalização. Resulta em uma reação perversa que atinge o cotidiano do nosso país: as desigualdades raciais, misturadas com a perseverança do mito da democracia racial, vão se naturalizando e sedimentando de tal forma, que são capazes de produzir inércia e indiferença raciais. (GOMES, 2021, p.444)

Nesse sentido, assumir uma postura antirracista exige também a valorização de saberes e epistemologias produzidas por populações negras, especialmente aqueles que emergem das experiências coletivas de resistência, como a educação quilombola.

Esses referenciais, fundamentado na ancestralidade africana e nas pedagogias da diáspora, oferecem caminhos para descolonizar o currículo, promover o reconhecimento da diversidade e construir uma escola comprometida com a equidade. Mais do que combater o racismo, trata-se de afirmar a potência de outras formas de existir, conhecer e ensinar, capazes de formar sujeitos críticos e eticamente implicados na transformação da realidade.

Com base no que foi apresentado, este trabalho tem como objetivo analisar as manifestações do racismo recreativo no ambiente escolar, compreendendo-o como expressão de uma violência simbólica que opera na manutenção dessas hierarquias raciais.

Pretende-se, sobretudo, fomentar uma postura crítica nos e nas estudantes frente a essas práticas, que, sob a aparência de informalidade ou brincadeira, produzem efeitos negativos na constituição das subjetividades juvenis e atua para a manutenção da desigualdade racial no

Brasil. Tem como propósito desnaturalizar a violência do racismo, deslegitimar o riso diante de 'piadas' de cunho racista e provocar o desconforto necessário à reflexão crítica.

Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz mais significativo quando mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade. (SOUSA, 1983, pag.17)

A abordagem teórica construída ao longo deste trabalho não busca apenas explicar o racismo como estrutura, mas compreendê-lo como experiência cotidiana que atravessa corpos, subjetividades e relações escolares. Busca-se, assim, após a análise e estranhamento dessas relações naturalizadas, incitar nas e nos jovens a construção de um discurso próprio sobre si, suas vivências e referências enquanto sujeitos negros, a fim de escrever sua própria história.

METODOLOGIA:

Sob orientação da Profª Draª Maria Valéria Barbosa, a metodologia da pesquisa deste projeto inicia-se por meio do levantamento bibliográfico sobre os conceitos de racismo estrutural e racismo recreativo, bem como sobre identidade negra, juventudes, escola e políticas públicas voltadas à promoção de uma educação antirracista.

Essa etapa visa embasar teoricamente a análise, fornecendo subsídios para a compreensão das manifestações de racismo recreativo e de seus efeitos nas subjetividades juvenis.

Além da revisão de literatura, a pesquisa deverá incluir a abordagem qualitativa e análise de relatos de experiências escolares por meio de entrevistas semiestruturadas, relacionando-as a dados provenientes de institutos oficiais de pesquisa, como o IBGE e o INEP, com o objetivo de contextualizar, em termos macroestruturais, as desigualdades raciais que atravessam o sistema educacional brasileiro, de modo a articular teoria e prática na construção de propostas pedagógicas de enfrentamento.

O objetivo final da pesquisa é desenvolver uma intervenção pedagógica com os estudantes do 2º ano do ensino médio, na escola E. E. José Alfredo de Almeida. Após essa etapa seja definida, o projeto será submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelece a Lei 14.874/2024, que regulamenta pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais envolvendo seres humanos.

Após o levantamento bibliográfico e definição de um recorte conceitual sobre o racismo e a educação, para analisar a situação específica da escola e estudantes, a escolha por uma abordagem metodológica que articule métodos qualitativos e quantitativos tornou-se necessária, visto a importância de compreender e analisar a perspectivas dos próprios estudantes, racializados e não racializados, diante da discriminação racial para dar sequência no desenvolvimento do presente trabalho.

Fundamentado na contribuição do trabalho desenvolvido por Virginia Leone Bicudo (1910-2003) e a luz de sua metodologia que, além de revolucionar metodologicamente a pesquisa no campo da sociologia, trouxe à tona questões raciais pouco abordadas na época. No trabalho "Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo", publicado originalmente como dissertação de mestrado em 1945, Bicudo combinou entrevistas abertas (qualitativas) com questionários estruturados em dados (quantitativos), antecipando o uso de abordagens mistas nas ciências sociais brasileiras. Essa escolha foi influenciada pela Escola de Chicago, que valorizava tanto dados estatísticos quanto a escuta subjetiva dos sujeitos.

Assim, as entrevistas semiestruturadas serão utilizadas como técnica qualitativa, permitindo acessar os significados atribuídos pelos sujeitos às experiências de discriminação racial no cotidiano escolar, por meio de narrativas que evidenciam dimensões subjetivas, simbólicas e afetivas do fenômeno. Complementarmente, os dados estatísticos terão o intuito de situar socialmente os sujeitos investigados e dimensionar o contexto mais amplo das desigualdades raciais na educação.

Neste momento, considerando que a pesquisa se encontra em fase inicial de desenvolvimento, especialmente no processo de construção teórica, levantamento bibliográfico e definição metodológica, alguns aspectos específicos da intervenção, como a quantidade exata de encontros, a sequência didática detalhada e os instrumentos avaliativos, ainda estão em fase de planejamento.

Mais do que um conjunto técnico de procedimentos, a metodologia aqui proposta constitui-se como uma postura ética diante da realidade: escutar, observar e dialogar com as juventudes negras não apenas como fontes de dados, mas como protagonistas de suas histórias e estratégias de resistência. Ao propor uma pesquisa que acolhe tanto os números quanto as narrativas, pretende-se sustentar uma escuta analítica atenta às entrelinhas do silêncio e aos sentidos que escapam às estatísticas, mas gritam nas vivências.

CONCLUSÃO

A análise do racismo recreativo no ambiente escolar, a partir do entrelaçamento entre juventudes negras, sociabilidade e violência simbólica, reafirma a necessidade de compreender o racismo como um fenômeno estruturante das relações sociais, que opera de forma sutil e persistente nos cotidianos escolares.

A noção bourdieusiana de violência simbólica, somada às contribuições de Adilson Moreira sobre o racismo recreativo, permite identificar como práticas aparentemente inofensivas – como piadas, apelidos e brincadeiras – produzem efeitos profundos na constituição das subjetividades e na legitimação das desigualdades raciais. A escola, nesse contexto, não é apenas um espaço de transmissão de conhecimento, mas um campo de disputas simbólicas onde se definem pertencimentos, identidades e hierarquias sociais.

Do ponto de vista metodológico, a proposta de articular dados quantitativos e qualitativos, inspirada nos estudos de Virgínia Leone Bicudo, reafirma a importância de escutar as experiências vividas pelos sujeitos, especialmente os estudantes negros, sem renunciar à análise estrutural que contextualiza essas vivências.

As entrevistas semiestruturadas, somadas à análise de dados educacionais, constituem um caminho promissor para compreender como o racismo se manifesta no cotidiano escolar e como pode ser enfrentado por meio de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social. A opção por desenvolver uma intervenção educativa no ensino de sociologia reforça o caráter aplicado e transformador da pesquisa, conferindo centralidade à escola como território de resistência.

Por fim, não se pode ignorar a dimensão afetiva que atravessa este trabalho. A pesquisa nasce de vivências pessoais e profissionais marcadas por experiências de exclusão e silenciamento, mas também por encontros, escuta e desejo de mudança. O olhar que aqui se propõe não é neutro, mas comprometido com a transformação da realidade.

Ao dar nome às violências e visibilidade às narrativas juvenis, buscamos afirmar a potência dos sujeitos negros na reescrita de suas histórias. Assim, mais do que combater o racismo, este trabalho se compromete com a construção de uma escola que reconheça, acolha e valorize as identidades negras – uma escola onde o afeto, o pertencimento e a dignidade caminhem lado a lado com o conhecimento e a crítica social.

A pesquisa, portanto, não se encerra no diagnóstico, mas se projeta como um instrumento de mobilização, formação e transformação dentro e fora da escola. Ao reconhecer a centralidade do enfrentamento ao racismo recreativo como uma pauta inadiável no ensino de Sociologia, reafirma-se o compromisso com a construção de práticas pedagógicas que rompam com os pactos de silenciamento e exclusão, contribuindo para que a escola se constitua, efetivamente, como um espaço de produção de justiça social, dignidade e pertencimento.

REFERÊNCIAS:

Bicudo, Virgínia L. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. **Edição organizada por Maio, Marcos C. Editora Sociologia e Política**, 2010.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, out. 2007.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 37–47, 2002.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista Filosofia da Educação - Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 435–454, mai./ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7213/1980-5934.33.059.DS06>

Sousa, N.S. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. (2ª ed.). Rio de Janeiro, **Edições Graal**, 1983.

Bourdieu, P. e Passeron, J.C. A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino (2ª ed.). **Petrópolis: Vozes**, 1998.

Moreira, A. Racismo recreativo. **São Paulo: Pólen Livros**, 2019.

BRASIL. Lei 14.874, 28 de maio de 2024. **Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos**. Brasília-DR, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14874.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-**

Brasileira", e dá outras providências. Brasília-DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm/.../. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Pretos e pardos, juntos, são maioria entre concluintes do ensino médio.** Brasília: INEP, 24 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/pretos-e-pardos-juntos-sao-maioria-entre-concluintes-do-ensino-medio>. Acesso em: 11 mai. 2025.